

Formação juvenil em governança da internet: Relato da fase de estudo dirigido do Programa Youth Brasil 2026

Claudiany Calaña de Sousa¹, Laura Oliveira da Cunha²

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Ibirubá

oliveiradacunhalaura@gmail.com, claudianydesousa@gmail.com

Abstract. *The directed study phase of the Youth Brasil 2026 Program is an initiative aimed at providing free training for young people interested in Internet governance and digital policies. During the course, participants engage in guided readings, group discussions, and reflective activities on topics related to digital governance. This paper presents an experience report of participation in the directed study phase, highlighting the activities carried out and the main lessons learned throughout the process.*

Resumo. *A fase de estudo dirigido do Programa Youth Brasil 2026 é uma iniciativa voltada à formação gratuita de jovens interessados em governança da internet e políticas digitais. Durante o curso, os participantes realizam leituras orientadas, discussões em grupo e atividades de reflexão sobre temas relacionados à governança digital. Este trabalho apresenta um relato da experiência de participação no estudo dirigido, destacando as atividades desenvolvidas e as principais lições aprendidas ao longo do processo.*

1. Introdução

A formação de novos atores para participar dos processos de governança da internet tem se tornado um tema relevante no contexto das políticas digitais. Segundo o *Working Group on Internet Governance (2005)*, a governança da internet refere-se ao desenvolvimento e aplicação de princípios, normas, regras e procedimentos que orientam a evolução e o uso da internet. Diante da complexidade desses processos e da necessidade de participação de múltiplos atores, iniciativas voltadas à formação de novos participantes tornam-se cada vez mais relevantes.

Sob essa perspectiva, debates sobre governança da internet e políticas digitais também têm sido discutidos em espaços acadêmicos dedicados ao estudo da relação entre tecnologia e governo digital. Entre esses espaços, destaca-se o *Latin American Symposium on Digital Government (LASDiGov)*.

Diante disso, o Programa Youth Brasil surge como uma iniciativa voltada à capacitação de jovens interessados em compreender e atuar nos debates sobre governança da rede. Assim, este trabalho apresenta um relato da experiência de participação na fase de estudo dirigido do Programa Youth Brasil 2026, destacando as atividades desenvolvidas remotamente, os debates promovidos ao longo da formação e as principais lições aprendidas durante o processo.

Nesse sentido, a próxima fase possibilita a participação dos jovens em eventos nacionais e internacionais relevantes para a área, como o Fórum da Internet no Brasil

(FIB), o Fórum de Governança da Internet da América Latina e Caribe (LAC IGF), o *NETmundial*, o IGF Lusófono e o *Internet Governance Forum* (IGF).

Este relato contribui para a discussão sobre formação juvenil em governança da internet ao analisar como atividades de estudo dirigido, produção reflexiva e interação entre participantes podem favorecer o desenvolvimento de competências críticas relacionadas às políticas digitais.

2. Contexto

O Programa Youth Brasil é uma iniciativa organizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Ao longo do curso, é oferecido treinamento técnico voltado à governança da internet, com o objetivo de fomentar a formação de uma nova geração de líderes digitais. Além disso, o programa valoriza a diversidade regional, setorial e de gênero ao selecionar os participantes para a próxima fase presencial, que ainda não ocorreu.

Nesse cenário, de acordo com o CGI.br (2014), a governança da internet é baseada em um modelo multissetorial que reúne governo, setor privado, academia e sociedade civil na definição de diretrizes para o desenvolvimento da rede no país. De acordo com Laura DeNardis (2014), esse modelo reflete a arquitetura descentralizada, na qual processos de decisão dependem da colaboração entre atores, reforçando a importância de estruturas participativas.

O curso é estruturado da seguinte maneira: inicialmente, os inscritos participam do “Programa de Capacitação e Estudo Dirigido sobre Governança da Internet”, composto por atividades online com duração de cinco semanas. Na edição de 2026, o período de estudo dirigido ocorreu entre 20/01/2026 e 16/03/2026. Durante essa etapa, foram realizadas atividades teóricas e práticas, incluindo questionários, fóruns de discussão, encontros síncronos e estudos individuais a partir dos materiais disponibilizados semanalmente. Ao final do período, há um processo de seleção para participação em eventos presenciais.

Durante o curso é desenvolvida a ideia de que a rede não pode ser compreendida como neutra, promovendo a reflexão sobre as questões:

- a) Como lidar com desafios relacionados à segurança, privacidade e moderação de conteúdo?
- b) Como garantir acesso universal à internet e reduzir desigualdades digitais?

A governança da internet também envolve disputas sobre a distribuição de poder no ambiente digital. Diante disso, decisões aparentemente técnicas podem produzir efeitos políticos e sociais significativos. Como exemplo, regras estabelecidas por plataformas digitais podem afetar diretamente a liberdade de expressão, Tarleton Gillespie (2018), evidenciando o papel das plataformas na mediação do debate público.

3. Ações realizadas

Durante o período de estudos, foram promovidas discussões síncronas sobre temas semanais específicos, realizadas por meio da plataforma *Gather*, a qual é representada pela Figura 1:A. A utilização desse ambiente virtual imersivo favoreceu a interação

entre os participantes, simulando espaços presenciais de debate e contribuindo para uma dinâmica mais colaborativa nas discussões.

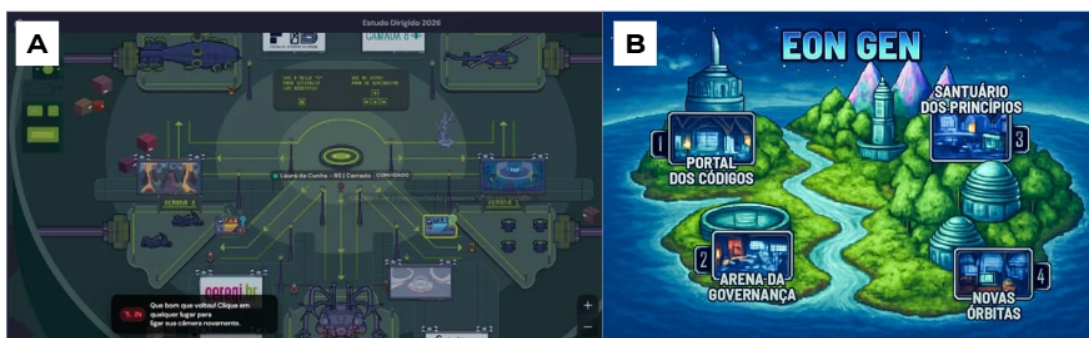


Figura 1. Representação conceitual dos princípios globais e nacionais discutidos no programa.

Desse modo, esses encontros serviram para aprofundar os conteúdos abordados nos materiais do curso, promovendo debates entre participantes e especialistas convidados, além de possibilitar o esclarecimento de dúvidas e a troca de perspectivas sobre os desafios contemporâneos da governança da internet.

No módulo dedicado às questões técnicas da internet, o foco esteve voltado à implementação do *Internet Protocol version 6* (IPv6). As sessões possibilitaram o debate sobre os impactos sociais relacionados à comercialização de endereços *Internet Protocol version 4* (IPv4), fenômeno associado à distribuição inicial desigual desses recursos, que favoreceu organizações e países que participaram das fases iniciais da expansão da internet. No decorrer das discussões, houve a análise de que, desse modo, a escassez de endereços IPv4 pode ser compreendida como um problema econômico.

Em seguida, discutiu-se a importância do *Internet Engineering Task Force* (IETF). A sessão esteve centrada no papel desse fórum na definição de padrões técnicos da internet e na necessidade de ampliar a participação da América Latina nesses espaços de decisão, de modo a promover processos de padronização mais justos.

Posteriormente, o debate foi dedicado ao IGF, espaço que reúne atores de múltiplos setores para tratar de temas relacionados às regulações públicas da internet. Embora não produza normas vinculantes, o fórum influencia na formulação de políticas digitais ao promover o diálogo entre múltiplos setores. Nessa semana, a avaliação individual ocorreu por meio de apresentações de um minuto, nas quais os participantes propuseram três temas para compor um IGF fictício, incluindo conhecimento, inteligência artificial e o futuro do trabalho para a juventude.

A etapa seguinte foi relacionada à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital e ao chamado ECA Digital (Lei nº 15.211/2025). Durante as discussões, destacou-se o papel do CGI.br na promoção da proteção digital e a relevância do modelo multissetorial nesse debate. Segundo Laura DeNardis e Mark Raymond (2016), o multissetorialismo envolve a participação conjunta de diferentes atores nos processos de governança da internet. Como atividade, os participantes deveriam propor uma ação concreta. Nesse contexto, foi sugerida a inclusão de crianças

e adolescentes nos processos relacionados à aferição etária e à implementação do ECA Digital, por meio de consultas públicas acessíveis e escuta ativa.

Por fim, a sessão de discussão contou com a participação de representantes do LACNIC, o que possibilitou ampliar o debate sobre governança da internet na América Latina. Como atividade final, os participantes elaboraram, em grupo, propostas voltadas ao desenvolvimento tecnológico dos países latino-americanos, considerando desafios e oportunidades para a ampliação da participação da região nos processos de governança da internet.

Além das sessões síncronas, os participantes também realizaram atividades assíncronas, as quais proporcionaram flexibilidade e uma compreensão mais sólida, favorecendo a capacidade de aplicar o aprendizado nas discussões em grupo. Entre essas atividades, estavam os questionários de múltipla escolha, elaborados com base nos conteúdos disponibilizados na plataforma *Moodle*, representada na Figura 1:B. Essa ferramenta desempenhou um papel importante na consolidação do aprendizado, permitindo a verificação da compreensão dos conteúdos teóricos de forma estruturada.

Entre as atividades propostas ao longo do estudo dirigido, destacou-se a criação de tópicos de discussão na plataforma Comunidade Apêê, conforme a Figura 2. Esse espaço foi relevante para estimular a produção de reflexões autorais e a interação assíncrona entre os participantes, promovendo o aprofundamento dos debates e a construção coletiva do conhecimento.

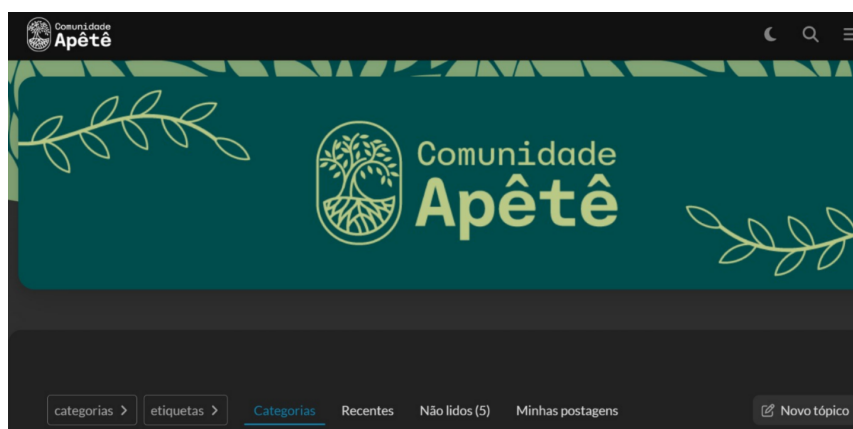


Figura 2. Comunidade Apêê.

Durante o módulo sobre os Fundamentos Técnicos da internet, foi elaborado um tópico sobre a importância da infraestrutura da internet. Foi discutida a importância de elementos estruturais da rede, como o *Domain Name System* (DNS), o endereçamento *Internet Protocol* (IP) e a adoção de novos protocolos, destacando que a estabilidade e a segurança da Internet dependem diretamente da manutenção de sua infraestrutura técnica, em consonância com os princípios para a governança e o uso da internet estabelecidos pelo CGI.br.

Como parte das discussões sobre os ecossistemas de governança da internet, foi elaborado um tópico de discussão sobre o papel de centros internacionais na governança digital e sua influência nas dinâmicas de poder global. A reflexão criada discutiu o papel de Genebra como um dos principais pólos internacionais de governança digital.

Nesse sentido, também são abordados os debates sobre o equilíbrio de poder na gestão de recursos críticos da rede por organizações como a ICANN, evidenciando as relações de confiança e disputa que, de acordo com Hofmann et al (2017), estruturam o ecossistema de governança da internet.

No módulo dedicado aos Princípios para Governança da Internet no Mundo, foi produzido um tópico voltado à relação entre direitos no ambiente digital e os desafios emergentes associados à inteligência artificial. A reflexão explorou a relação entre direitos humanos e tecnologias emergentes, com destaque para os desafios regulatórios associados à inteligência artificial e à disseminação de conteúdos manipulados digitalmente.

Por fim, na semana dedicada aos Temas Quentes de Governança da Internet, foi desenvolvido um tópico sobre desigualdades no acesso digital, considerando aspectos de infraestrutura, soberania e impactos de sistemas algorítmicos. Foram abordadas as desigualdades no acesso à conectividade significativa, bem como os desafios relacionados à soberania digital e aos impactos sociais de sistemas algorítmicos.

4. Resultados

Ao longo das atividades do estudo dirigido, ressalta-se que os resultados observados não se restringem à produção de reflexões acadêmicas, mas também ao fortalecimento da compreensão acerca da relevância da participação jovem nos debates relacionados à governança da internet.

Também se destacou a importância da cooperação regional para enfrentar desafios comuns ao desenvolvimento da internet. Nesse sentido, foram debatidas iniciativas voltadas ao fortalecimento de instituições que promovem debates sobre governança do ambiente digital, bem como estratégias para ampliar o acesso à conectividade em comunidades remotas.

De maneira complementar, a *International Telecommunication Union* (2022) ressalta a importância do letramento digital como condição para a participação qualificada na sociedade da informação. Diante disso, o incentivo à continuidade dos estudos, aliado à promoção de práticas como o uso de software livre e o desenvolvimento de tecnologias com códigos abertos, contribui para fortalecer a autonomia tecnológica e ampliar as possibilidades de inovação.

Dessa forma, a educação e a pesquisa científica tornam-se estratégias para ampliar a participação de países do Sul Global na definição de padrões técnicos da internet. Nesse contexto, o programa incentivou os participantes a refletirem sobre iniciativas capazes de ampliar o acesso significativo à internet em suas comunidades, e, segundo *World Summit on the Information Society* (2005), isso é um aspecto fundamental para a construção de uma sociedade da informação mais inclusiva.

As reflexões de Jan van Dijk (2005) destacam que a inclusão digital deve ser compreendida de forma mais ampla do que a simples disponibilidade de infraestrutura técnica. Desse modo, a ampliação da diversidade nesses espaços torna-se essencial para que as políticas digitais contemplem as necessidades de populações historicamente

marginalizadas, como mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas e comunidades rurais.

Nesse contexto, a participação qualificada em debates sobre infraestrutura digital também envolve a compreensão de questões técnicas que possuem implicações políticas e econômicas significativas. Um exemplo relevante é a transição do IPv4 para o IPv6. Conforme Geoff Huston (2018), a escassez de endereços IPv4 resultou na formação de mercados secundários para a comercialização desses recursos. Dessa forma, a adoção do IPv6 assume importância estratégica para ampliar a disponibilidade de endereços e possibilitar o crescimento sustentável da internet.

Outro tema relevante abordado durante o programa foi a limitada participação latino-americana em fóruns internacionais responsáveis pela definição de protocolos e padrões da internet. De acordo com análises do LACNIC, fatores como restrições financeiras, barreiras linguísticas e desigualdades na formação técnica contribuem para essa baixa presença. Essa situação pode resultar em menor influência da região na definição de protocolos e padrões da internet, reforçando assimetrias históricas na governança da infraestrutura digital global.

Corroborando essa perspectiva, segundo o LACNIC, ampliar a participação latino-americana em discussões técnicas é essencial para que a região possa contribuir para a definição de padrões da internet, além de fortalecer a soberania digital e estimular a produção de conhecimento e o desenvolvimento de soluções tecnológicas na área.

Nesse âmbito, destacou-se a apresentação do programa de incentivo à participação de eventos criado pelo CGI.br, que oferece apoio financeiro para pesquisadores brasileiros participarem de grupos de trabalho e reuniões do IETF e do *Internet Research Task Force* (IRTF). Iniciativas desse tipo buscam ampliar a presença de especialistas brasileiros nesses fóruns, promovendo maior integração do país nas discussões internacionais relacionadas ao desenvolvimento da internet.

Desse modo, a formação de novos participantes e o estímulo à produção de conhecimento na área contribuem como elementos estruturais para o desenvolvimento do ecossistema digital. Mais do que iniciativas pontuais, ações voltadas à educação, à pesquisa e à participação em fóruns representam estratégias fundamentais para promover uma internet mais inclusiva, colaborativa e alinhada às necessidades sociais.

5. Lições aprendidas

Ao longo da fase de estudo dirigido, a análise dos materiais e a elaboração de reflexões contribuíram para ampliar a capacidade de interpretar criticamente debates que, à primeira vista, poderiam parecer distantes da realidade cotidiana dos participantes.

Dessa maneira, com base na elaboração do tópico sobre os ecossistemas de governança, foi possível compreender como organizações internacionais e fóruns de debate influenciam a gestão de recursos críticos da internet, evidenciando que a distribuição de poder nesse ambiente resulta de processos complexos de negociação e cooperação.

As análises desenvolvidas ao longo do estudo dirigido contribuíram para aprofundar a compreensão das questões inicialmente propostas sobre segurança,

privacidade e moderação de conteúdo, bem como sobre os desafios relacionados ao acesso universal à internet.

A partir desse cenário, as atividades estimularam reflexões sobre desafios contemporâneos relacionados aos direitos digitais. Como exemplo há o tópico que explora a relação entre direitos *offline* e direitos *online*, o qual permitiu interpretar como tecnologias emergentes, especialmente a inteligência artificial, ampliam debates sobre regulação, privacidade e disseminação de conteúdos manipulados digitalmente. Esse exercício reforçou a compreensão de que a governança da internet exige o equilíbrio entre diferentes princípios, como a proteção dos direitos dos usuários, a liberdade de expressão e a responsabilidade das plataformas digitais.

Paralelamente, as discussões sobre desigualdades digitais contribuíram para ampliar a compreensão sobre os desafios de inclusão no ambiente digital. Nesse sentido, segundo Tarcísio Silva (2022), o racismo algorítmico refere-se à forma como sistemas tecnológicos podem reproduzir e intensificar desigualdades raciais presentes na sociedade.

A partir desses debates, a consideração desenvolvida no tópico sobre infraestrutura, soberania e racismo algorítmico evidenciou que o acesso à internet depende de fatores econômicos e políticos, os quais influenciam na distribuição de oportunidades no ambiente digital. Diante disso, iniciativas como redes comunitárias e políticas de incentivo à conectividade em regiões periféricas demonstram que a ampliação do acesso à internet requer soluções adaptadas às realidades locais.

Em consonância com essa perspectiva, de acordo com os princípios da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), a governança da internet deve garantir acesso equitativo, participação multissetorial e distribuição justa dos benefícios da sociedade da informação.

Nessa perspectiva, segundo Gustavo Gindre (2021), a internet deixou de ser apenas uma rede de computadores acessada ocasionalmente e passou a se tornar uma infraestrutura ubíqua, que influencia praticamente todos os aspectos da vida social, econômica e política, o que reforça a importância da formação de novos participantes capazes de compreender e atuar nesses debates. Dessa forma, essa experiência evidenciou que a capacitação de novos atores é fundamental para ampliar a diversidade de perspectivas na construção do futuro da internet.

6. Referências

- Comitê Gestor da Internet no Brasil (2014). Princípios para a governança e uso da internet no Brasil. CGI.br.
- DeNardis, L. (2014). The Global War for Internet Governance. Yale University Press.
- Gillespie, T. (2018). Custodians of the Internet: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media. Yale University Press, New Haven.
- Gindre, G. (2021). Governança da internet e políticas de comunicação. Estudos sobre governança digital.

- Hofmann, J., Katzenbach, C. and Gollatz, K. (2017). Constellations of Trust and Distrust in Internet Governance.
- Huston, G. (2018). IPv6 Deployment and the Future of Internet Addressing. Technical analysis on Internet addressing.
- International Telecommunication Union (2022). Measuring Digital Development: Facts and Figures 2022. Technical report, ITU.
- Silva, T. (2022). Racismo algorítmico e tecnologias digitais. Estudos sobre tecnologia e sociedade.
- van Dijk, J. A. G. M. (2005). The Deepening Divide: Inequality in the Information Society. SAGE Publications, Thousand Oaks.
- Working Group on Internet Governance (2005). Report of the Working Group on Internet Governance. Technical report, United Nations.
- World Summit on the Information Society (2005). Tunis Agenda for the Information Society. Technical report, United Nations / International Telecommunication Union, Geneva.
- FIB - Fórum da Internet no Brasil. Disponível em: <https://forumdainternet.cgi.br/>. Acesso em: 02/04/2026.
- LAC IGF - Latin America and the Caribbean Internet Governance Forum. Disponível em: <https://lacigf.org/>. Acesso em: 02/04/2026.
- LasDiGov - Latin American School on Internet Governance. Disponível em: <https://sudig.org/lasdigov/>. Acesso em: 02/04/2026.
- Gather. Disponível em: <https://www.gather.town/>. Acesso em: 02/04/2026.
- ECA Digital. Disponível em: <https://ecadigital.org/>. Acesso em: 02/04/2026.
- LACNIC - Latin American and Caribbean Internet Addresses Registry. Disponível em: <https://www.lacnic.net/>. Acesso em: 02/04/2026.
- World Summit on the Information Society (2005). Tunis Agenda for the Information Society. Technical report, United Nations / International Telecommunication Union, Geneva.
- RAYMOND, M.; DENARDIS, L. Multi-stakeholderism: Anatomy of an Inchoate Global Institution. [S.l.], 2016. <https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report>
- ROCILLO, P.; DUARTE, F.; ROMAN, J. O que é Governança da Internet? Uma Revisão Sistemática da Literatura. REJUR -Revista Jurídica da UFERSA, v. 5, n. 10, p. 151–178, 2021